

S. João da Madeira
Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

ATA Nº 28/2016 - NOVEMBRO

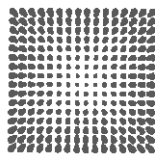
- **DATA DA REUNIÃO:** Vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis. -----
- **LOCAL DA REUNIÃO:** Sala das Reuniões, sita no primeiro piso do edifício da Câmara Municipal. -----
- **PRESIDIU:** Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- **PRESIDENTE:** Ricardo Nicolau Soares Terra Oliveira Figueiredo, presente. ----
- **VEREADOR:** Ricardo da Silva Pinto, presente. -----
- **VEREADOR:** Luís Miguel Pereira de Oliveira, presente. -----
- **VEREADOR:** Manuel da Silva Oliveira, presente. -----
- **VEREADOR:** Dilma Cardoso da Costa Nantes, presente. -----
- **VEREADOR:** Teresa Maria Melo Tavares Correia, presente. -----
- **VEREADOR:** Paulo César Lima Cavaleiro, presente. -----
- **HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO:** Catorze horas e trinta minutos. -----
- **SECRETARIOU:** Maria Madalena Soares de Pinho. -----

~~CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA~~

~~REUNIÃO DE 07/02/2017~~

~~A Câmara deliberou por unanimidade, aprovando~~

A CÂMARA,



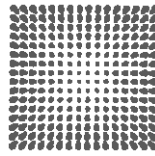
PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ODREM DO DIA

--- O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e solicitou aos Senhores Vereadores que apresentassem as suas intervenções, se assim o desejassem. ---

--- O senhor Vereador Manuel Oliveira, reportando-se ao assunto que tem falado nas últimas reuniões de Câmara, que é sobre a qualidade da água que está a ser fornecida aos munícipes, disse: Eu pensei que com a explicação que me foi dada, que me custou a aceitar, as coisas melhorassem, mas depois dessa situação outras situações ocorreram e há dois munícipes, um que vive na rua Elísio de Moura que relata situações de muito má qualidade da água nos dias dez e vinte e um (eu lembro que vinte e um é posterior à nossa última reunião), e há também relato de moradores na rua Alexandre Herculano que no último fim-de-semana inclusivamente ligaram para o piquete porque a qualidade da água era de todo inaceitável. Isto começa a tomar proporções que são inaceitáveis, são situações muito persistentes e começa a pôr em causa aquilo a que todos nós temos direito, que é a qualidade inquestionável da água. -----

- Outra questão que eu queria aqui chamar à atenção tem a ver com uma situação que também já foi aqui aventada várias vezes sem que algo significativo tenha sido feito para corrigir esse problema, que é o índice de luminosidade na avenida Dr. Renato Araújo. Os candeeiros estão muito altos, a ramagem das árvores tomou conta de toda a faixa central e absorve completamente a iluminação que os candeeiros estão a produzir. Era conveniente tomarem-se algumas medidas de modo a diminuir o potencial de sinistralidade. -----

- Para terminar, e também porque nos foi narrado o desagrado de um munícipe que usa regularmente o TUS e que se queixa que os horários não estarão a ser

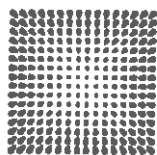


cumpridos, particularmente os horários no fim do dia, parece que no final do dia os autocarros passam antes da hora, porventura na tentativa de recolher mais cedo! A verdade é que tem acontecido a esse município que, na última carreira, quando chega à paragem, e chega à hora, o autocarro já passou. -----

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto, a propósito desta última nota do senhor Vereador Manuel Oliveira, deu também um exemplo: O que acontece na rua José Soares da Silva, na zona da Mourisca, é que o último horário está fixado às dezanove horas e vinte e dois minutos e o autocarro passa antes deste horário, o que faz com que se registem atrasos ao longo do dia nas várias ruas e paragens nos diferentes horários. Neste caso, não estamos perante uma antecipação da chegada do autocarro, mas sim de um atraso nos diversos horários que estão definidos. Isto causa transtorno aos munícipes que utilizam os transportes urbanos. A queixa que me foi relatada refere-se especificamente à zona da Mourisca. -----

--- O senhor Presidente referiu que se tem que chamar a empresa à atenção. Tem-se que meter um GPS nos autocarros e assim sabe-se sempre aonde é que eles andam e alguém na Câmara controla. Se os condutores se sentirem controlados isso já não acontece. Já tem havido reclamações anteriores. Já há três anos se lhes disse que eles não andam a cumprir os horários, já há dois anos se lhes disse que eles não andam a cumprir os horários e continua tudo na mesma. Agora mais uma vez se vai chamar à atenção. -----

--- A senhora Vereadora Teresa Correia interveio seguidamente, perguntando o que é que a Câmara tem feito para resolução de problemas na habitação social, na sequência das questões colocadas na reunião por alguns munícipes,



concretamente a situação de uma munícipe residente na Praça da República, uma vez que esta lhes reportou que a Câmara não tem feito rigorosamente nada.

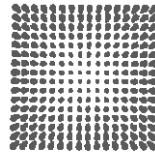
--- O senhor Vereador Miguel Oliveira informou que a situação referida já foi resolvida. -----

--- Prosseguindo a sua intervenção, a senhora Vereadora Teresa Correia perguntou também se já haviam sido adquiridos os desfibrilhadores, conforme aprovado em reunião de Câmara sob proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista. -----

--- O senhor Presidente informou: Foram adquiridos quatro equipamentos, sendo três fixos, porque fomos visitados por técnicos que andaram a ver os estabelecimentos e acharam que faria sentido no Centro Coordenador de Transportes, Pavilhão Paulo Pinto e no Pavilhão das Travessas. O nosso pessoal já recebeu formação. É preciso sempre ter uma entidade certificada que seja responsável pelos equipamentos e pela formação do pessoal e nós contratámos uma empresa para esse efeito, uma empresa de médicos, ligada a essa área, e foi essa mesma empresa que deu formação. Agora estamos à espera de uma certificação do INEM para pormos isso no terreno. A ideia de ter um portátil é, por exemplo, para nos dias de espetáculos na Casa da Criatividade o portátil estar lá. Nos dias em que haja um evento, por exemplo, na Praça, também lá pode estar. Nalgum evento de animação o portátil está presente. -----

PONTO 2 – APROVAÇÃO DAS ATAS NºS 22 E 23/2016

--- Adiado para introdução de correções. -----



PONTO 3 – INFORMAÇÕES

--- Não houve. -----

PONTO 4 – SUBSÍDIO PARA CABAZES DE NATAL

--- Presente uma proposta da senhora Vereadora Dilma Nantes, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

- “Aproximando-se a época natalícia, chega também a altura em que por tradição algumas Entidades do nosso Concelho oferecem às famílias carenciadas um cabaz com bens de primeira necessidade. Neste sentido, solicito a V. Exa. a atribuição de um subsídio no valor de €50/cabaz, por forma a minorar as despesas que tal iniciativa acarreta. Prevê-se a atribuição de 500 cabazes, perfazendo assim um custo total de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros). -----

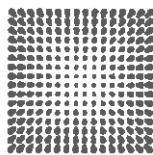
As instituições a contemplar e que integram o grupo de trabalho do Centro de Recursos da Rede Social, são: Centro Comunitário “Porta Aberta” da Santa Casa da Misericórdia, Centro Comunitário da Associação de Jovens “Ecos Urbanos”, Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de S. João da Madeira e Centro Paroquial de S. João da Madeira (Conferência de S. Vicente de Paulo).” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

PONTO 5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

--- Adiado para a próxima reunião para que seja elaborada uma estimativa da receita. -----



PONTO 6 – APOIO À BENEFICIAÇÃO DO PISO DO PAVILHÃO DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANJOANENSE

— Presente uma proposta do Chefe de Divisão do Desporto, Pedro Carvalho, sobre o assunto indicado em título, com o seguinte teor: -----

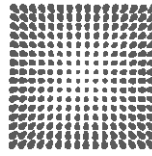
- "A Associação Desportiva Sanjoanense é uma coletividade com história na cidade. Ao longo dos 92 anos de vida regista inúmeros momentos de glória no panorama desportivo nacional e mesmo internacional. Com vários títulos nacionais em todas as modalidades, e para cima de um milhar de praticantes, o clube é indiscutivelmente um dos maiores e mais ecléticos do nosso país. No Pavilhão dos Desportos desta Associação jogam as equipas de formação e equipa sénior de hóquei em patins que disputa a 1ª divisão do campeonato nacional. -----

Na presente época desportiva esta associação solicitou apoio à Câmara Municipal para a beneficiação do piso do Pavilhão dos Desportos. O investimento total desta intervenção foi 36.000,00 € (trinta e seis mil euros). A intervenção passou pela substituição total do piso, pintura das linhas de jogo (andebol, basquetebol e hóquei em patins) e beneficiação das tabelas de jogo. -----

Propomos que a Câmara Municipal apoie em 30% do investimento, da substituição do piso, no valor de 10.800,00 € (dez mil e oitocentos euros), sendo que o pagamento deste apoio fica condicionado após prova, por parte da Associação Desportiva Sanjoanense, da execução dos mesmos." -----

— A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----



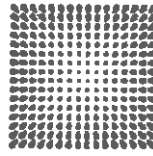
PONTO 7 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

— Presente o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2015. —

--- Na apresentação do assunto, o senhor Vereador Miguel Oliveira referiu que relatório foi elaborado tendo por base um circunstancialismo, que foi a interrupção do mandato. Não foi elaborado em março porque em março não foi possível, está atrasado, é verdade, o senhor vereador Ricardo Silva chamou à atenção para isso em julho e por lapso dos serviços o relatório não foi elaborado. -----

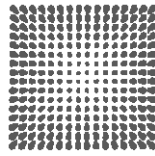
— O senhor Vereador Manuel Oliveira interrompeu, dizendo: Nós tivemos dois anos de mandato, então vocês incorreram numa falha gravíssima porque nos dois primeiros anos do mandato não houve esse relatório! -----

--- Prossequindo, o senhor Vereador Miguel Oliveira esclareceu: Efetivamente este relatório, por lapso, não foi elaborado. O que está pressuposto nesta lei a este tipo de relatório é a divulgação da atividade municipal, aquilo que é hoje em dia feito nos sites dos municípios. É uma exigência que a lei não deixou cair mas com a questão dos sites isto ficou esbatido. Aquilo que se reflete no relatório é o que sucedeu até outubro de 2015 porque a partir de outubro de 2015 estivemos em gestão, daí para a frente o relatório não reflete isso. Sendo certo que aqui tentou-se fazer o seguinte, que é típico, que foi a questão do plano e orçamento que, não obstante ter sido dado o cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição só em 2016, foi porque em 2015 não era possível. Esta não é matéria de aprovação, é matéria de apreciação e de remessa para a Assembleia Municipal. -----



- Quanto à questão que o senhor Vereador Manuel Oliveira colocou relativamente à falha, devo dizer que fui procurar no passado médio e recente e não era prática na Câmara de S. João da Madeira fazer este relatório. -----

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto interveio seguidamente, dizendo: O Estatuto do Direito de Oposição o que determina é que as autarquias locais têm que apresentar até ao final do mês de março do ano subsequente o relatório de avaliação de toda a informação que foi prestada aos membros da oposição. E foi nesse contexto que no passado dia cinco de julho nós abordámos o senhor Presidente para a falta deste documento. Nada tendo sido feito a este respeito, voltámos a insistir nesta questão em quinze de novembro. Chegados a este ponto e decorridos nove meses desde o prazo legal, finalmente assistimos ao “parto” deste relatório. O problema é que o relatório nasceu com cara de Judas, pois mente descaradamente. Senão vejamos: diz o relatório, no ponto 3.3, página 4, que no ano de 2015 o executivo municipal procedeu atempadamente ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição. Nada de mais falso. E vou provar o que estou a dizer. Durante o ano de 2015 os vereadores da oposição fizeram 79 pedidos de informação, por escrito, através de requerimento ou ditado para a ata em reunião de Câmara. Dos 79 pedidos de informação, 66 pedidos ficaram por responder. Esses pedidos datam de 13 de janeiro, 15 de janeiro, 27 de janeiro, 28 de janeiro, 31 de janeiro, 02 de fevereiro, 10 de fevereiro, 24 de fevereiro, 10 de março, 24 de março, 28 de março, 7 de abril, 9 de abril, 14 de abril, 17 de abril, 27 de abril, 5 de maio, 11 de maio, 22 de maio, 2 de junho, 15 de junho, 25 de junho, 30 de junho, 28 de agosto, 20 de setembro e 22 de setembro. Sessenta e seis pedidos que ficaram por responder, o que contraia a informação

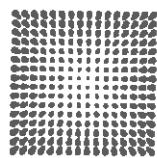


que está vertida no relatório. Há inclusive - não sei se foram notificados ou não - um parecer da CADA-Comissão de Acesso aos Documentos da Administração, na sequência de uma queixa que foi apresentada pelo vereador em exercício de funções na altura, Luís Miguel Ferreira, parecer este datado de 13 de maio de 2015, em que insta diretamente a Câmara a fornecer a informação que foi pedida pelos vereadores da oposição e que não tinha sido facultada. Eu tive necessidade, em fevereiro, quando assumi funções de vereador, de apresentar um requerimento sustentado neste parecer a pedir o acesso a essa informação, até esta data não recebi nada. Em suma, o que nós consideramos que deve ser feito é uma reformulação do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição expurgando a parte em que diz que toda a informação pedida pelos vereadores foi-lhes fornecida e identificar as situações em concreto em que nós pedimos acesso a informação e que não nos foi fornecida. Se assim não for, o relatório que vai ser remetido à Assembleia Municipal vai carregado de vícios. Tal como disse no início da minha intervenção é mentiroso, não retrata a realidade daquilo que se passou em 2015. -----

— Mais referiu que se pronunciará detalhadamente por escrito sobre o relatório, nos termos previstos na lei, para que a pronúncia seja anexa ao relatório e remetida à Assembleia Municipal. -----

--- Finda a discussão, a Câmara deliberou tomar conhecimento e remeter à Assembleia Municipal acompanhado da pronúncia dos senhores Vereadores do Partido Socialista. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----



S. João da Madeira
Câmara Municipal

--- No final da reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta. -----

--- E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ENCERRADA A REUNIÃO, ERAM DEZASSEIS HORAS E CINCO MINUTOS -----

--- PARA CONSTAR E DEVIDOS EFEITOS SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE VAI SER ASSINADA, E EU, MARIA MADALENA SOARES DE PINHO, SERVINDO DE SECRETÁRIA, A REDIGI E SUBSCREVO. -----

Maria Madalena Soares de Pinho